

**“Por causa desta decepção me tornei brasileiro convicto”: nacional-socialismo, memória e migração de alemães para o Brasil após a II Guerra Mundial**

Méri Frotscher  
Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
meri@rondotec.com.br

Por conta da crise econômica vivida na Alemanha nos anos 1920, houve uma onda emigratória para o Brasil. Parte destes imigrantes e seus descendentes voltaram para a Alemanha entre 1938 e 1939 e, depois do final da II Guerra Mundial, foi repatriada para o Brasil. As Forças Aliadas instaladas na Alemanha consideraram estes descendentes de alemães *Displaced Persons* (deslocados de guerra) os quais, através deste status, puderam deixar a Alemanha após a guerra, acompanhados de parentes alemães.

O projeto de pesquisa que desenvolvemos trata deste processo de múltiplas migrações entre os dois países através de uma perspectiva transnacional e é baseado em entrevistas de história de vida. Interessa-nos neste texto, em particular, analisar como as experiências vividas durante a II Guerra Mundial e sob o nacional-socialismo e, depois, no Brasil, influenciaram a construção de suas subjetividades e como estas pessoas negociaram suas identidades nacionais ao longo de suas trajetórias.

Após a Primeira Guerra Mundial, assistiu-se a uma onda emigratória de alemães para as Américas. Dos países latinoamericanos, o Brasil foi o que, entre 1919 e 1932, mais recebeu imigrantes alemães, cerca de 58.500 pessoas (RINKE, 1996, p. 294). Muitos destes migrantes se instalaram no Sul do Brasil, sobretudo em regiões onde anteriormente já haviam se estabelecido “colônias” alemãs. Ali, diferenças entre tais populações logo se manifestaram, a começar pelo uso de expressões como “*Reichsdeutsche*” (cidadão alemão), “*Neudeutsche*” (alemão novo) ou “*Deutschländer*” (provindo da Alemanha), usadas pelos estabelecidos para identificar os novos imigrantes. Tanto antigos como novos imigrantes foram alvo da propaganda nacional-socialista, seja por parte de órgãos da imprensa em língua alemã publicados na Alemanha e no Brasil, seja por grupos locais do NSDAP (Partido Nacional-Socialista Alemão). Estes fatos, somados à melhoria da economia alemã e às expectativas em relação à “Nova Alemanha”, constituíram um dos fatores para a remigração dos então

chamados, na Alemanha, “*Auslandsdeutsche*”<sup>1</sup> (“alemães no exterior”) no final dos anos 1930.

Apesar dos muitos trabalhos sobre o nacional-socialismo no Brasil, até o momento, o tema da remigração, conhecida no jargão nacionalsocialista como “*Heim ins Reich*” (de volta para a pátria), não foi tema de investigação no Brasil e na Alemanha. O projeto, no qual este texto se baseia, pretende abordar esta temática também a partir da análise de histórias de vida dos próprios migrantes.

Uma carta fictícia publicada num almanaque nacional-socialista no Brasil, intitulada “*Ein Brief aus der Heimat*” (Uma carta da pátria) dá conta da expressão do sentimento de pertencimento a uma *Volksgemeinschaft* (comunidade nacional e racial alemã), que estava na base daquela remigração “de volta para a pátria”. O fictício autor da carta, “*Freund Michel*” (Amigo Michel) - apelava-se, assim, para um personagem conhecido pelo público-leitor e que personificava o alemão - dedica-se primeiramente a questões do *Auslandsdeutschtum* (germanidade no exterior) no contexto da “revolução nacional-socialista”. Em seguida, procura “assegurar, a seu querido amigo alemão”, o seguinte: “Vocês não serão esquecidos e não deixarão de ser reparados”. Na carta, é arrolada uma série de líderes da Alemanha nacional-socialista que haviam nascido fora das fronteiras políticas daquele país, mas que, segundo a ideologia nacional-socialista, eram considerados alemães, com o firme propósito de acentuar o pertencimento dos “*Auslandsdeutsche*” à comunidade nacional e racial alemã e de mostrar sua importância no governo nacional-socialista. Através deste e de outros materiais de propaganda, procurava-se manter a ligação com a velha pátria, ganhar corações e mentes para o movimento nacional-socialista e também soldados para o Exército Alemão.

A análise de correspondências enviadas por alemães que viviam no Brasil ao *Deutsches Auslandsinstitut* (Instituto Alemão para o Exterior),<sup>2</sup> cooptado pelo governo nacional-socialista, permite perceber a recepção desta propaganda e as expectativas em relação à Alemanha nacional-socialista. Uma delas, escrita em 1938, arrola tanto os principais motivos da emigração para o Brasil nos anos 20, quanto as razões para o desejo de remigração para a Alemanha no final dos 30. Assim comenta o signatário da carta, ao final do documento auto-representado como “*ein junger, sich vor Sehnsucht nach der Heimat verzehrender Deutscher im fernen Urwald Brasiliens*” (um jovem alemão, consumido pela saudade da pátria, na longínqua floresta do Brasil):

Nós, isto é, meus pais, minhas duas irmãs e eu, emigramos [da Alemanha] há 14 anos por causa da inflação, da nossa má situação econômica e porque nossas terras não proporcionavam alimento suficiente – nós trabalhávamos como agricultores – e também não podíamos obter nenhum [alimento] sob o então sistema.<sup>3</sup>

Ao arrolar as causas da emigração, percebe-se crítica à República de Weimar, execrada pelos nacional-socialistas. Para fundamentar o pedido de remigração da família, o autor expressa a frustração da família no Sul do Brasil e também apela para a idéia de pertencimento à *Heimat* (pátria) alemã:

[...] aqui a germanidade vem ao encontro da vagorosa, mas certa assimilação. Nas escolas, a língua alemã só deve ser ensinada ainda enquanto língua estrangeira e a Organização para o Exterior do NSDAP aqui foi proibida. - Meu pai e eu somos membros da DAF [Deutsche Arbeitsfront]<sup>4</sup> – Por isso, nós gostaríamos muito de remigrar para a Alemanha, pois para nós o clima aqui é insuportável. No verão, frequentemente temos um calor de 45 graus Celsius na sombra e mais.

Escrita em forma de apelo, o conteúdo e também a forma desta correspondência procuravam ressaltar o fervor patriótico e o apoio ao governo nacional-socialista. O objetivo da carta era obter apoio financeiro para a remigração e instalação da família na Alemanha, como agricultores. O jovem signatário, orgulhoso dos seus 1,90m – uma foto é enviada em anexo – chega a se colocar à disposição para servir na *SA* ou na *Waffen-SS* e expressa seu desejo de se “desposar” na Alemanha.

Esta carta nos permite perceber não apenas a apropriação de elementos da ideologia nacional-socialista, mas também o descontentamento em relação à repressão ao partido nazista e à campanha de nacionalização dos estrangeiros no Brasil, a partir do início de 1938, outro *pushfactor* para a remigração.<sup>5</sup>

O destino que levou este jovem alemão e sua família permanece uma incógnita. Se realmente foram para a Alemanha, não sabemos. Mas muitas outras famílias que vieram para o Brasil, nos anos 20, remigraram para a Alemanha, em fins dos anos 30. Também jovens alemães ou nascidos no Brasil se dirigiram sozinhos à Alemanha, na segunda metade dos anos 30, com o objetivo de tomar parte das possibilidades de estudo e trabalho que a Alemanha proporcionava. Muitos destes remigraram para servir no *Reichsarbeitsdienst*<sup>6</sup> ou no Exército Alemão, como é o caso de um de nossos entrevistados. Ele, acompanhado de mais 16 jovens, embarcou no início de 1939 em

direção à Alemanha com metade dos custos da viagem subsidiados pelo governo alemão, para, segundo ele, “servir a Hitler como soldado”<sup>7</sup>.

Já na Alemanha, muitos desses alemães e seus filhos – estes últimos também considerados alemães pelas leis de cidadania nazistas, pautadas no *jus sanguinis* – combateram por aquele país.<sup>8</sup> Contudo, ao final da II Guerra, estes mesmos descendentes de alemães foram considerados “não-alemães” pelas Tropas Aliadas e, por isso, classificados como *displaced persons*. Isso permitiu que fossem “repatriados” ao Brasil, onde eram considerados brasileiros, em razão das leis de cidadania que se baseavam no *jus solis*.

Os Aliados consideravam *displaced persons* os que não tinham origem alemã e que, em geral, tinham sido vítimas de perseguição do regime nacional-socialista (BARTON, 1949). Era o caso, principalmente, dos milhões de *Zwangsarbeiter* (trabalhadores forçados) ou *Zwangverschleppte* (trabalhadores sequestrados de seus lugares de origem e encaminhados ao Reich alemão) do Leste Europeu, os primeiros a serem repatriados depois da guerra. A maioria dos brasileiros repatriados não se enquadrava nessa definição, mas, mesmo assim, foram classificados como *displaced persons* e, assim sendo, puderam deixar a Alemanha. Tais fatos devem advir do problema da superpopulação que procurava ser administrado pelas tropas Aliadas na Alemanha e do pedido destas pessoas para voltar ao Brasil.

Além deles, seus parentes de cidadania alemã, quando submetidos ao processo de “desnazificação” e liberados pelas autoridades das zonas de ocupação aliadas, podiam acompanhá-los. O processo de “desnazificação” correspondeu ao processo de limpeza política (“*politischer Säuberungs-prozess*”) da sociedade alemã, o qual deveria atingir, conforme decidido na Conferência de Potsdam, em 1945, o círculo de pessoas que participaram ativamente do governo nacional-socialista, isto é, mais do que nominalmente membros do NSDAP. Na zona norte-americana, a mais burocrática neste processo, formulários com 131 questões sobre detalhes do passado profissional e político deveriam ser preenchidos (BENZ, 1995). O processo de desnazificação, entretanto, além de lento, foi incompleto, problemático e até hoje alvo de críticas, a começar pelo termo.<sup>9</sup>

A Missão Militar Brasileira, instalada em Berlim, se incumbiu de efetuar a repatriação dos cidadãos brasileiros e de seus parentes alemães<sup>10</sup>. De acordo com o responsável pela Missão, entre fevereiro de 1947 e dezembro de 1949, 5.885 pessoas foram

transportadas, resultando num total de 11 levas de migrantes, transportadas pelos navios Santarém e Duque de Caxias (TAVARES, 1951, p. 75)<sup>11</sup>. Dentre estes, cerca da metade era constituída por cidadãos brasileiros e a outra metade, de familiares alemães. Além destes, outros retornaram ao Brasil, por conta própria e até mesmo antes de 1947, como nos comentaram alguns entrevistados.

Estas diversas experiências migratórias extrapolam os limites de uma historiografia nacional e nos possibilitam uma perspectiva de análise transnacional, muito enriquecedora para os estudos sobre migrações internacionais. Tal perspectiva possibilita levar em conta a complexidade e a multiplicidade de relações que os sujeitos estabelecem simultaneamente com diferentes nações (HOERDER, 2008). Em nosso caso, como as trajetórias dos migrantes estão estreitamente ligadas a ambos os países, Brasil e Alemanha, estes não se entendem apenas como alemães ou apenas como brasileiros. Suas histórias de vida entrelaçam experiências e memórias transnacionais.

Através da constituição de histórias de vida, nosso projeto pretende, menos que reconstituir fatos, apreender de que forma estas pessoas narram os processos migratórios e as vivências de guerra, como “constroem e atribuem significados”<sup>12</sup> a estes acontecimentos e como rememoram e lidam com o passado nacional-socialista. Pautamo-nos nas considerações de Tzvetan Todorov, para o qual não há lembranças mais verdadeiras que outras. Para ele, todas as lembranças são irrefutáveis, “valem por sua própria existência, e não pela realidade à qual remetem” (TODOROV, 2002, p. 151).

Nove pessoas que foram repatriadas ao Brasil entre 1946 e 1948 foram entrevistadas, algumas mais de uma vez. A todos foi comunicada a utilização de pseudônimos, no caso de citação das entrevistas, como forma de deixá-los mais à vontade para falar de si e da família. Todas as entrevistas foram feitas na língua alemã, por diversas razões. Apesar de a maioria saber falar português, muitos se expressam melhor em alemão, por terem nascido e vivido num ambiente cultural e social alemão, seja na Alemanha ou, no caso de muitas delas, no Brasil. Pudemos perceber que tais estratégias facilitaram a rememoração de fatos, processos ou temas muitas vezes traumáticos ou desconfortáveis, como é o caso do nacional-socialismo. Também muitas expressões utilizadas em alemão não são existentes no Brasil e/ou se referem a fatos ou aspectos da história alemã, as quais, se traduzidas, não expressam exatamente os significados a elas atribuídos pelos entrevistados e no contexto da época. O fato de a entrevistada ser

descendente de alemães e ser assim reconhecida pelos entrevistados proporcionou também melhor acesso. Sabemos que as condições de produção das entrevistas interferem na construção de relatos de história de vida. Neste sentido, apontamos para a pertinência da observação de tais aspectos metodológicos na construção e análise de histórias de vida em contextos transnacionais.

\* \* \*

Poder entrevistar Lieselotte Wiebe, uma mulher lúcida de quase cem anos e que, portanto, vivenciou ativamente, como mãe de três crianças - nascidas no Brasil e na Alemanha, entre os anos 1930 e 1940 - os antecedentes da repatriação e, antes, a migração para a Alemanha, em 1938, constitui algo extraordinário. A família Wiebe é um dos exemplos de múltiplas migrações, cuja força motriz foi o marido Karl, um imigrante alemão, ex-combatente da Primeira Guerra Mundial, que se dirigiu ao Brasil no final dos anos 1920.

Lieselotte nasceu no Brasil, no seio de uma família de grandes industriais e cresceu num ambiente cultural alemão. Ali a cultura alemã era tão presente que na família o português era tratado como língua estrangeira. No início dos anos 30, Lieselotte casou-se com Karl, que acabou se engajando ativamente no grupo local do NSDAP, chegando a tornar-se um de seus dirigentes. Este engajamento foi o motivo para deixarem o Brasil, às pressas, em 1938. Lieselotte comenta sem rodeios sobre a rápida decisão do marido de voltar à Alemanha e a venda de sua bela residência: “[...] Meu marido era muito a favor dos nazistas. Então tivemos muitos problemas aqui... e [nós] estávamos somente seis anos aqui nesta casa, lá naquela casa, e então viajamos para a Alemanha, de mala e cuia”.<sup>13</sup>

A ida para a Alemanha resultava do medo da perseguição política, diferentemente de outros retornados, cuja volta à Alemanha foi motivada principalmente pela frustração em razão da situação econômica e pelas perspectivas apresentadas pelo governo nacional-socialista. Assim Karl se esquivou da repressão do partido nazista empreendida desde o início de 1938, quando o governo brasileiro proibiu a prática de qualquer atividade política de estrangeiros e regulamentou a sua expulsão, em caso de comprometimento da segurança nacional.

Aproveitando-se de sua cidadania alemã, da filiação ao NSDAP e do seu capital social, Karl comprou, na Alemanha, uma fábrica de artigos de alta costura de um judeu, através

de um “Dreiecksgeschäft”, venda forçada para que o proprietário pudesse deixar a Alemanha nazista: “E [nós] compramos através do banco uma firma muito boa de um judeu que queria voltar... e [nós] trabalhamos e fizemos até a firma crescer, era uma firma bem grande. Foi uma época muito boa”.<sup>14</sup> A lembrança desta “época muito boa”, como ela diz, coincide com o período do *Blitzkrieg* (guerra relâmpago), quando a Alemanha parecia vencer a guerra.

Durante a guerra, o marido subiu ao posto de major e, através desta posição, continuou a prover a família de alguns pequenos luxos, enquanto a maioria da população já sofria com as conseqüências da guerra. Esta “época muito boa”, quando também nasceu a terceira filha, todavia, chegou ao fim com o bombardeio da fábrica. Mais tarde, em 1944, ela e os filhos foram evacuados para a Turíngia, no Centro-Leste da Alemanha.

Lieselotte, depois do final da guerra, conseguiu voltar para a casa dos pais na Renânia, onde mais tarde reencontrou o marido e permaneceu até a repatriação. Retornar ao Brasil não era vontade de Lieselotte, pois isso significava uma desonra: “[...] porque nós estávamos no partido [...], por isso eu já nem queria mais voltar, mas meu marido, ele conseguiu de novo”. Ironicamente, exatamente Lieselotte, que tinha cidadania brasileira, não queria voltar para o Brasil, pois havia sido advertida antes da guerra por parte da família sobre o perigo de participar do NSDAP e da iminência de eclosão da guerra. A decisão de migrar veio novamente do marido, o qual, mais uma vez, negociou sua identidade, nesta ocasião, utilizando-se da cidadania brasileira da esposa. A ela coube seguir a decisão do marido, o qual sempre aparece representado na entrevista como o que sempre estava do lado certo e que sempre conseguia o que queria.

Acompanhar a família foi um subterfúgio usado pelo marido para deixar a Alemanha e se fixar novamente no Brasil. Enquanto para muitos repatriados voltar ao Brasil significava fugir da fome e das ruínas, para o marido de Lieselotte, deixar a Alemanha e voltar ao Brasil significava uma ótima possibilidade de reinserção socioeconômica e, também, deixar para trás a antes valorizada posição de major do Exército alemão.

Também os pais de Lieselotte, ambos descendentes de alemães nascidos no Brasil e que “ficaram presos” na Alemanha durante a guerra, negociaram suas identidades nacionais como estratégia. Eles haviam viajado para a Alemanha para visitar a filha, quando foram surpreendidos pelo irromper da guerra. Não puderam deixar o país, podendo retornar ao Brasil somente depois do final do conflito. Se o pai de Lieselotte, quando ainda morava no Brasil, estava “totalmente ao lado do movimento nazista”<sup>15</sup>, na

Alemanha ocupada pelos Aliados, conforme ela relata, procurou realçar sua origem brasileira para proteger seus bens:

Eles tinham uma placa na frente da entrada da casa: “Casa Brasileira” [...] Diversas vezes foi dito a eles que eles deveriam deixar a casa [...] “Sim, mas nós somos brasileiros, nós não vamos sair daqui” [eles diziam], e então também ficaram com a casa.<sup>16</sup>

Os pais voltaram ao Brasil de avião através da Suíça. Lieselotte, acompanhada dos filhos<sup>17</sup>, embarcou no Santarém no reveillon de 1946. Ironicamente, tratava-se de um antigo navio alemão recebido pelo governo brasileiro como reparação depois da Primeira Guerra Mundial, mais exatamente uma velha fragata usada para o transporte de carga. O marido esperava acompanhá-los, mas não pôde ir junto, pois ainda aguardava autorização para deixar o país, após se submeter ao processo de “desnazificação”. Conseguiu autorização para partir logo depois, alcançando a família no Rio de Janeiro. O filho de Lieselotte, Fritz Wiebe, nascido ainda no Brasil e repatriado adolescente juntamente com a família, usou suas experiências transnacionais e o capital social e material da família durante sua vida. Fez o ensino superior na Alemanha, tornou-se um dos diretores da empresa da família no Brasil e, mais tarde, importante personalidade nas relações Brasil/Alemanha.

No período pós-guerra, parecia oportuno a este jovem rapaz mostrar sua lealdade ao Brasil. Em sua entrevista, assim argumenta:

Entrevistadora: Por que o senhor fez questão de cumprir o serviço militar [no Brasil]?

Fritz Wiebe: [...] eu sempre sou visto aqui no Brasil como alemão, como estrangeiro, então eu quero pelo menos [poder] dizer: “Não, eu não quero só as vantagens de ser brasileiro. Eu quero também assumir as obrigações que eu, enquanto brasileiro, tenho que cumprir” – o que os outros infelizmente não fazem, e que é, em primeiro lugar, cumprir o serviço militar e, em segundo, pagar os impostos.<sup>18</sup>

Tal ato foi uma forma de provar seu vínculo com o Brasil e, provavelmente, também uma maneira de evitar hostilidades por conta do passado da família. Apesar de Fritz ter nascido no Brasil, procurava assim acentuar seu comprometimento com este país e, desta forma, se afastar de qualquer cobrança ou incriminação.

A vontade de se afastar do passado na Alemanha nazista, depois da guerra, fez com que dois outros entrevistados, também repatriados adolescentes, renunciassem à cidadania alemã e se tornassem cidadãos brasileiros. É o caso de Frank Schönborn, nascido em 1932, cuja história familiar se assemelha à da família Wiebe. Sua mãe também era

nascida numa família da grande burguesia industrial, de origem imigrante. Na Europa, ela conheceu e se casou com um alemão. O pai de Frank chegou a ser membro da SA nazista e foi industrial de um ramo importante para a economia de guerra alemã. Seu exato papel durante a guerra, como nazista, hoje é representado como uma incógnita para o filho, o qual teve pouco contato com o pai durante parte da guerra, pois havia sido evacuado com a mãe para outra localidade, o que aconteceu com muitos filhos e mulheres na época da guerra.

Assim como Fritz, Frank foi educado sob o nacional-socialismo. Ao ser perguntado sobre o porquê de optar pela cidadania brasileira, Frank responde:

Frank Schönborn: Por causa desta decepção. Eu ainda voltei para o Brasil como ex-criança convertida para o nazismo, totalmente convencida, e então se ouviram as coisas mais terríveis, depois da guerra, não é? [...] Então, por causa dessa decepção eu me tornei também um brasileiro convicto e ainda sou (risos).

Entrevistadora: E como era lidar com esse passado no Brasil?

Frank Schönborn: Eu simplesmente não lidei com isso. O passado eu esqueci totalmente, ele foi enterrado. Eu converso sobre isso, assim como eu estou falando com a senhora agora, há somente cerca de 5 anos. Antes eu não tinha esse passado. Ele praticamente não existia. [...] Eu nunca refletia sobre isso e não queria refletir sobre isso, esse passado foi enterrado até agora.<sup>19</sup>

Frank tinha medo de falar sobre sua ascendência alemã e as experiências na Alemanha nazista. Durante o ensino superior, numa capital brasileira, não foi o único alemão a reagir desta maneira e a esconder sua origem, segundo ele. Por isso, a língua utilizada para conversação fora da família era somente o português. Apenas há pouco tempo, segundo ele, se dissipou este medo e, assim, foi possível para esta geração falar entre si sobre o seu passado. Por conta disso, há pouco tempo, teria descoberto que alguns colegas de faculdade tinham tido trajetória parecida com a sua.

Nós éramos absolutamente brasileiros e (risos) todos nós, todos, silenciámos totalmente nosso passado. Não havia nada, nós nunca conversamos sobre isso, e eu também nunca tinha conversado com eles em alemão. E entre eles haviam também judeus que falavam alemão e que, na mesma época, já antes da guerra, vieram para o Brasil, com os quais eu tenho um relacionamento muito bacana, são grandes amigos meus. Mas nós não, eles não falavam sobre o seu passado e eu não falava sobre o meu passado. Agora a gente se escreve.<sup>20</sup>

Razão principal para o silêncio e o ocultamento do passado foi, provavelmente, o Holocausto. Por isso a referência ao “silêncio mortal” vem acompanhada da menção aos “grandes amigos” judeus-alemães, cuja origem e passado também lhe seriam desconhecidos naquela época. Ao acentuar a amizade e o contato com tais judeus-alemães, procura se redimir do passado da adolescência, quando foi um “nazista convicto”.

É exatamente quando se trata do Holocausto que se percebe como ainda há um forte vínculo seu com a Alemanha. O sentimento de ser alemão aparece associado a um ressentimento causado pelo que se divulga sobre o genocídio judeu. Em seu caso, o ressentimento leva-o a afirmações de cunho revisionista, quando minimiza as proporções do Holocausto.

Depois do nazismo e do Holocausto, ser alemão tornou-se um problema em muitos países. A ideia de uma comunidade étnica, baseada na Alemanha como mito de origem, comum no Brasil e noutros países antes da guerra, tornou-se inconveniente. Depois da guerra, os alemães que emigraram e aqueles repatriados tiveram que lidar com seu passado e isso ocorreu de diferentes formas, dependendo dos contextos nos quais se inseriram. Por conta disto, no Brasil, certamente as experiências também diferiram. Enquanto Fritz se inseriu numa localidade onde a língua alemã era muito presente, Frank viveu durante alguns anos numa capital brasileira. Ali não apenas deixou de compartilhar aquelas experiências do passado, como também não usava a língua alemã na universidade.

O processo de adoção da cidadania brasileira por Frank foi consequência de um doloroso processo de lidar em silêncio com o problema moral relacionado à sua convicção na ideologia nazista na adolescência e com o envolvimento do pai com o nazismo. No Brasil, apesar de ter formalmente abdicado da nacionalidade alemã, Frank nunca a abandonou de fato ou por completo e não conseguiu se distanciar de seu passado e o do pai. Este passado também fez separar a família. Como o pai não quis se submeter ao processo de “desnazificação”, provavelmente por conta de seu comprometimento na guerra, não pôde, como Karl Wiebe, acompanhar a família ao Brasil. Enquanto sua mulher e os dois filhos retornaram ao Brasil, o pai de Frank permaneceu na Alemanha em condições precárias, não compatíveis com sua classe social, até vir a falecer, depois de estado depressivo.

Quem afirma de forma mais clara o problema com o fato de ser alemão é Max Vogt, nascido na Alemanha durante a guerra. Sua mãe, nascida no Brasil, havia se dirigido muito jovem à Alemanha, em 1939, para estudar música sacra, quando foi surpreendida pelo irromper da guerra. Ali se casou com um ex-colega de estudo, oficial da *Luftwaffe*, o qual, dias depois, morreu em combate. Mais tarde, casou com o cunhado, o qual, através desta formalidade, pôde deixar a Alemanha depois da guerra para se ajuntar a ela e ao enteado no Brasil.

Max afirma ter optado, no início dos anos sessenta, pela cidadania brasileira em razão da vergonha sentida em relação aos crimes de guerra cometidos pelos alemães:

Max Vogt: Naturalmente eu sei muita coisa sobre a guerra, eu leio muito, mas o tema da guerra me é um tema muito doloroso porque... eu me envergonho, às vezes, pois o meu povo (pausa) foi capaz de cometer... estes... maus atos. Minha mãe lê a [revista] Spiegel, e eu digo, eu não a leio, eu não a leio, eu quero esquecer isso... [...] eu não consigo compreender, eu não consigo, por isso eu também não vejo essas coisas.

Entrevistadora: O senhor falou “meu povo”. O senhor se sente alemão?

Max Vogt: Exatamente quando se trata dessa vergonha, eu me sinto alemão. Com 18 anos me foi perguntado o que eu queria ser, certo? E eu respondi: “eu quero ser brasileiro”. Então eu perdi a minha cidadania alemã, que eu até então tinha. Mas para mim... pode parecer estranho, mas eu me sinto alemão sempre quando eu penso nessa vergonha.<sup>21</sup>

Também aqui a aquisição da cidadania brasileira não resolveu o problema de lidar com o passado, mesmo que não seja um problema vivido propriamente por ele durante a guerra, pois era uma criança à época.

Para Frank e Max, o nazismo e o Holocausto foram fatos decisivos para a troca de cidadania e se afirmarem como brasileiros. Os crimes de guerra os levaram a um conflito de identidade, em razão do seu problema moral. Mas o vínculo sentimental com o país de origem é sentido, mesmo que de forma problemática e traumática, em algumas situações de suas vidas. Enquanto para Frank, quando o tema é holocausto, o sentimento de vínculo ao “povo alemão” surge acompanhado de ressentimento, para Max, o sentir-se alemão vem associado ao sentimento de vergonha.

Ambos acumulam identidades nacionais, a brasileira por adoção, a alemã pela origem.

Todos os três homens entrevistados eram crianças ou adolescentes à época do nazismo. Os dois últimos, Frank e Max, demonstram problemas em lidar com o passado, como

muitos filhos da geração da guerra. Exatamente o que era bebê ao final da guerra e o que não viveu, ativamente, sob o nacional-socialismo, é que mais demonstra problemas em lidar com o passado. Apesar de Max ainda ser uma criança pequena, de quatro anos, quando foi repatriado, o sentimento de culpa é tão forte que, em razão da vergonha e do “nojo”, como diz, não consegue assistir a filmes como “A lista de Schindler”.

<sup>1</sup> O termo *Auslandsdeutschtum* se referia a todos os alemães e descendentes que moravam no exterior e que não tinham a cidadania alemã. Eram considerados alemães por conta da descendência, da língua, costumes, tradições e traços culturais considerados alemães.

<sup>2</sup> O DAI foi criado em 1917. Além do seu objetivo principal, o de documentar minuciosamente os grupos de descendentes de alemães no exterior, dedicava-se ao aconselhamento e à orientação de pessoas que desejavam emigrar.

<sup>3</sup> Carta de Robert Kantkak ao Diretor do DAI, Dr. Czaki. Tayó, 21.03.1938. Arquivo Nacional de Koblenz, R 57/181-30. Esta e a citação seguinte foram traduzidas do alemão pela autora.

<sup>4</sup> A DAF foi criada em 1933 pelo NSDAP – Partido Nacional-Socialista Alemão, depois que todos os sindicatos foram violentamente fechados. A partir daí, era a única organização para empregados e empregadores, totalmente controlada pelo governo nacional-socialista. Vide verbete “Deutsche Arbeitsfront, DAF” in KAMMER & BARTSCH (1992, p. 46).

<sup>5</sup> Segundo órgão do governo alemão responsável por assuntos referentes à emigração, muitos alemães residentes no Brasil remigraram para a Alemanha neste período, por conta dos motivos mencionados. Sobre isto comenta o documento intitulado „Rückwanderung aus Brasilien“. *Auszug aus dem Bericht der Zweigstelle Stuttgart RWA für den Monat November 1938*. Arquivo Nacional de Koblenz.

<sup>6</sup> Após junho de 1935, todo jovem alemão deveria prestar serviços durante seis meses, antes do serviço militar, para o *Reichsarbeitsdienst*, organização do aparato nacional-socialista que tomava parte do programa econômico e do sistema de educação nacional-socialista.

<sup>7</sup> Ernst Eders [pseudônimo]. Entrevista realizada em 03.10.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher. As citações das entrevistas foram traduzidas pela autora. Devido ao espaço restrito deste artigo, optamos por não incluir a versão original das citações nas notas.

<sup>8</sup> Sobre isso ver OLIVEIRA, 2008.

<sup>9</sup> Um dos primeiros estudos a problematizar este processo foi o importante estudo de Lutz Niethammer sobre o processo de “desnazificação” na Baviera, publicado pela primeira vez em 1972, o qual, segundo o autor, naquele momento não despertou maior interesse. Somente dez anos depois, uma nova edição do livro, com um título mais chamativo (*Die Mitläuferfabrik*), o livro e tema encontrou maior recepção entre a comunidade científica (NIETHAMMER, 1982, p. V-XI). Esta e outras publicações científicas que problematizam o processo de “desnazificação”, entretanto, não têm tido muita visibilidade na esfera pública em geral.

<sup>10</sup> Sobre a experiência da Missão Militar Brasileira na Alemanha, ver livro publicado logo após a sua extinção, pelo Sub-Chefe da mencionada Missão Aurélio de Lyra Tavares (1951).

<sup>11</sup> Idem, pág. 75.

<sup>12</sup> Sobre esta perspectiva de trabalho com História Oral, vide PORTELLI, 1996, p. 59-72.

<sup>13</sup> Lieselotte Wiebe [pseudônimo]. Entrevista realizada em 24.04.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher. Realizamos a entrevista em sua atual residência, uma mansão de estilo eclético do início do século XX, construída pelos pais. Na entrevista, ela se refere à sua residência na época, localizada em frente àquela mansão, e que lhe foi dada como presente de casamento. As citações das entrevistas foram traduzidas pela autora. Devido ao espaço restrito deste artigo, optamos por não incluir a versão original das citações nas notas.

<sup>14</sup> Lieselotte Wiebe [pseudônimo]. Entrevista realizada em 24.04.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher.

<sup>15</sup> Assim comentou, em 1937, representante de uma entidade alemã que havia visitado a cidade.

<sup>16</sup> Lieselotte Wiebe [pseudônimo]. Entrevista realizada em 24.04.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher.

<sup>17</sup> O marido não pôde ir junto, pois ainda esperava a autorização para deixar o país. Tendo sido membro do Exército Alemão, teve que passar pelo processo de “desnazificação”, sem o qual ninguém poderia sair

do país. Conseguiu partir para o Brasil, de avião, algumas semanas depois da família, alcançando-a no Rio de Janeiro.

<sup>18</sup> Fritz Wiebe [pseudônimo]. Entrevista realizada em 10.07.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher.

<sup>19</sup> Frank Schönborn [pseudônimo]. Entrevista realizada em 04.09.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher.

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> Max Vogt [pseudônimo]. Entrevista realizada em 06.11.2009. Entrevistadora: Méri Frotscher.

### Referências bibliográficas

BARTON, Betty. *The problem of 12 million German refugees in today's Germany*. Philadelphia: American Friends Service Committee, 1949.

BENZ, Wolfgang. Entnazifizierung. In: \_\_\_\_\_. (Hg.) *Legenden, Lügen, Vorurteile*. Ein Wörtgerbuch zur Zeitgeschichte. 7. Auflage. München, DTV, 1995.

HOERDER, Dirk. Transnational, Transregional, Transcultural: Social History and Labor Migrants' Networks in the 19th and 20th Centuries. In: UNFRIED, B.; MITTAG J.; VAN DER LINDEN, M.; HIMMELSTOSS, E. (Eds.) *Transnationale Netzwerke im 20. Jahrhundert*. Historische Erkundungen zu Ideen und Praktiken, Individuen und Organisationen. Leipzig: AVA – Akademische Verlagsanstalt, 2008.

KAMMER, Hilde; BARTSCH, Elisabet. *Nationalsozialismus: Begriffe aus der Zeit der Gewaltherrschaft 1933.1945*. Reinbek bei Hamburg: Rohwolt, 1992.

OLIVEIRA, Dennison de. *Os soldados brasileiros de Hitler*. Curitiba: Editora Juruá Ltda, 2008.

PORTELLI, Alessandro. A Filosofia e os Fatos. Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

NIETHAMMER, Lutz. *Die Mitläuferfabrik*. Die Entnazifizierung am Beispiel Bayerns. Berlin, Bonn: Verlag J. H. W. Dietz Nachf., 1982.

RINKE, Stefan. *“Der letzte freie Kontinent”*. Deutsche Lateinamerikapolitik im Zeichen transnationaler Beziehungen. 1918-1933. Stuttgart: Akademischer Verlag, 1996.

TAVARES, Aurélio Lyra. *Quatro anos na Alemanha ocupada*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 1951.

TODOROV, Tzvetan. *Memória do mal, tentação do bem. Indagações sobre o século XX*. Tradução Joana Angélica D'Ávila. São Paulo: Arx, 2002.